



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Políticas para Infância e Juventude**

## **SOCIOEDUCAÇÃO, MATERNIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO DEGASE/RJ.**

**FERNANDA CARNEIRO SOARES DOS SANTOS<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O presente artigo surge a partir da experiência profissional como assistente social no DEGASE/RJ, tem por objetivo refletir sobre a interseção entre socioeducação, maternidade e relações étnico raciais, com uma perspectiva crítica, utilizo como principais fontes: diários de campo, documentos e bibliografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Socioeducação, Maternidade, Relações étnico-raciais, Infância e Juventude.

### **ABSTRACT:**

This article arises from the professional experience as a social worker at DEGASE/RJ, it aims to reflect on the intersection between socioeducation, motherhood and ethnic-racial relations, with a critical perspective, I use as main sources: field diaries, documents and bibliography.

**KEYWORDS:** Socioeducation, Maternity, Ethnic-racial relations, Childhood and Youth

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## 1 – INTRODUÇÃO

O amor é o que o amor faz, e é nossa responsabilidade dar amor às crianças. Quando as amamos, reconhecemos com nossas próprias ações que elas não são propriedades, que tem direitos – os quais nós respeitamos e garantimos. Sem justiça, não pode haver amor. (HOOKS, 2022, p. 72)

O presente artigo surge a partir minha trajetória profissional como assistente social no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro desde 2012, ao longo desta experiência atuei nas Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, na Divisão de Serviço Social (DIVSES) e mais recentemente na Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE/DEGASE/RJ). Este trabalho dialoga ainda com as minhas vivências no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/DEGASE/RJ) da mesma instituição.

O NEAB/DEGASE/RJ surge em 2015 a partir da iniciativa de trabalhadores negros(as/es) do Departamento no sentido de se articular tendo em vista fomentar o debate das relações étnico-raciais, a criação de ações antirracistas e também o enfrentamento às práticas discriminatórias neste espaço ocupacional. O Núcleo surgiu de maneira autônoma, porém, desde 2021 integra a Divisão de Programas e Projetos para a Equidade da ESGSE/DEGASE/RJ.

Neste sentido, neste estudo me proponho a analisar as intersecções entre Socioeducação, Maternidade e Relações Étnico Raciais a partir da minha experiência na Política Socioeducativa. Algumas questões me mobilizam e provocam a me debruçar sobre este tema: Em que medida a intervenção profissional do(a) assistente social pode corroborar para a reprodução de práticas discriminatórias e preconceituosas com os(as) adolescentes e suas mães?; Há uma tendência no trabalho profissional na Socioeducação de punir ou culpabilizar as mães pelo envolvimento do(a) adolescente em atos infracionais?; Como a questão racial atravessa os processos sancionatórios e pedagógicos na Medida Socioeducativa?

Nesta ótica, com uma perspectiva crítica e com o aporte teórico da análise de conteúdo, reflito acerca destas questões com as seguintes fontes: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e diários de campo.

Entendo o racismo como uma opressão estrutural e estruturante presente na formação brasileira, e que, portanto condiciona e atravessa toda a Política Socioeducativa. Neste sentido, compartilho da perspectiva de Silva (2020):

O racismo é parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais. Não se trata, portanto, de uma anomalia no interior de um sistema, e sim de um estruturante do modo de funcionamento das



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sociedades ocidentais contemporâneas, o que implica pensá-lo como fundamento de tais sociedades, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura. De outra parte, o racismo também é estruturante, então funciona como elemento dinâmico que favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade que impede a erosão das relações de exploração e das condições de opressão presentes em todas as expressões da vida social e tem seu marco histórico demarcado pelos processos de colonização das Américas e da construção de um novo modelo de espaço/tempo que se espalha mundialmente como padrão de poder. (SILVA, 2020, p. 164-165).

Ainda sobre os balizadores teóricos, compreendo que a Socioeducação é herdeira de muitos avanços políticos expressos: na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei número 8069/90) e no próprio Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE – Lei número 12569/2012). Entretanto, mesmo com os progressos da Doutrina da Proteção Integral, muitas práticas preconceituosas e violentas se perpetuam no atendimento aos(as) adolescentes autores de ato infracional. Cabe ressaltar ainda, que nos próprios marcos legais da Socioeducação, existe um caráter ambíguo, uma vez que, existe a junção entre o caráter sancionatório e pedagógico da Medida Socioeducativa. Nesta linha, partilho da perspectiva teórica de Santos (2020):

O encarceramento juvenil, tal como vem sendo desnudado, lança ao descrédito o caráter pretensamente pedagógico das chamadas “medidas socioeducativas”, inflando a dimensão sancionatória. Nesse sentido, “responsabilizar” torna-se um eufemismo para punir o adolescente em conflito com a lei – punição essa que se desdobra em diversas punições/castigos, contribuindo para a mortificação daquele *sujeito coisificado*. Conforme vimos anteriormente, o conceito “Socioeducação” embora tenha sido evocado a partir da noção de *educação social*, foi preenchido por aquilo que Malaguti Batista (2008) caracterizou como ilusões “re”: reeducação, ressocialização, reintegração. Desta feita, tendo em vista o caminho teórico que percorremos até aqui, podemos inferir que a função político-social da “Socioeducação” se desdobra em duas (sub) funções, que se complementam: 1) a função mistificadora da (re) educação (e demais *ilusões “re”*); 2) a função – concreta, mas implícita – de contenção e gestão das *vidas matáveis*. Lançar luz sobre a mistificação presente no conceito “Socioeducação” é o primeiro passo para que possamos pensar em estratégias cotidianas de enfrentamento e produção de resistências nos espaços sócio-ocupacionais onde esta política pública é executada. Produção de vida em territórios já mortificados, os purgatórios das *vidas matáveis* ou “mundos de morte”. (SANTOS, 2020, p. 199-200)

## **2 – “A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA. QUE VAI DE GRAÇA PRO PRESÍDIO. E PARA DEBAIXO DO PLÁSTICO. QUE VAI DE GRAÇA PRO SUBEMPREGO. E PROS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS”<sup>2</sup>: NOTAS SOBRE MULHERES NEGRAS E MATERNIDADE.**

Nas medidas socioeducativas de internação e semiliberdade as principais frentes de trabalho do(a) assistente social são: acompanhamento social e multidisciplinar ao adolescente e

<sup>2</sup> Música A carne. Intérprete: Elza Soares. Composição: Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Cappellette.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sua família, orientações e encaminhamentos sobre a emissão de documentação civil básica, orientações e encaminhamentos para a Rede Intersetorial (Saúde, Assistência Social, Educação dentre outras) e a elaboração de documentos técnicos (informe social, relatório social e parecer social).

Nesta experiência profissional na execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, foi possível observar a notória e expressiva centralidade da figura feminina na organização familiar, seja na persona da mãe, de uma avó, de uma tia ou uma vizinha. A figura feminina aparece diretamente como principal responsável pelo cuidado afetivo e material dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. E mesmo quando esta não pode estar presente diretamente fisicamente, são estas mulheres que mobilizam a rede familiar, afetiva e institucional para oferecer o suporte necessário ao socioeducando.

Segundo Cohn et al (2011) dentre os segmentos mais pobres da população a chefia feminina costuma estar atrelada a um grave quadro de vulnerabilidade econômica, uma vez que, a mãe assume concomitantemente a função de cuidadora dos filhos, provedora material da família e administradora da casa. Este acúmulo de funções implica ainda uma inserção informal ou precarizada no mercado de trabalho, comprometendo ainda mais a renda da família.

De acordo com os dados obtidos na Pesquisa Trajetória de Vida dos Jovens em Situação de Privação de Liberdade no Sistema Socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro (2018), desenvolvida em parceria pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ) e pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mais de 69% dos adolescentes em cumprimento de medida residem com as mães. Segundo os dados apresentados no relatório da pesquisa: 54,3% dos adolescentes residem com a mãe e outras pessoas; 15% com o pai e a mãe; 9,8% com o pai e outras pessoas; 7,1% com avós e outros. Apenas 5,5% afirmam morar com cônjuge e outros; 3,9% sozinhos; e 0,3% em abrigo.

Ainda no que diz respeito, a centralidade feminina a pesquisa Retrato das Desigualdades do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), aponta que das 28.614.895 famílias brasileiras chefiadas por mulheres em 2015, 12.741.942 eram chefiadas por mulheres brancas e 15.872.953 eram chefiadas por mulheres negras. Em sua mais recente Síntese de Indicadores Sociais (2019) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantou que 63% das casas chefiadas por mulheres negras com filhos de até 14 anos, estão abaixo da linha da pobreza, isto é, sobrevivem com a renda mensal de aproximadamente 420 reais mensais. Já dentre as mulheres brancas que também chefiam famílias, o percentual é de 39,6%. O mesmo estudo

aponta que no Brasil existem mais de 7,8 milhões de pessoas vivendo em casas chefiadas por mulheres negras.

Em estudo mais recente intitulado Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (2024), identifica-se que em 2022, o número de famílias brasileiras ultrapassou a marca de 72 milhões, sendo o percentual de mulheres responsáveis por elas 51%. Entre as mulheres responsáveis, as negras são maioria em todas as regiões do país, à exceção da região Sul. Essas famílias são as mais vulneráveis do ponto de vista da renda: 69,6% delas tem rendimento domiciliar per capita de até 1 salário mínimo.

Nos anos em que atuo como assistente social no DEGASE/RJ tive a rica oportunidade de dialogar com muitas famílias lideradas por mulheres negras. O longo processo histórico de discriminação e marginalização da população negra em nosso país, continua ressoando e se reproduzindo... Em tempos de acirramento da criminalização da pobreza e de uma política de extermínio, as opressões que negros e negras enfrentam tomam formas ainda mais perversas.

Segundo a nota técnica do IPEA (2015) acerca do perfil do adolescente em conflito com a lei no Brasil: 95% são do sexo masculino, 66% vivem em famílias extremamente pobres, 60% são negros, 60% têm de 16 a 18 anos e 51% não frequentavam escola na época do ato infracional. Ainda sobre o perfil racial dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, conforme o Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2023), de 63,8% dos(as) adolescentes se declaram de cor parda/preta, 22,3% de cor branca, 0,1% de cor amarela, 0,4% se identificam como indígenas e somente um declarou-se como quilombola.

Nos acompanhamentos sociais e interdisciplinares realizados aos adolescentes e as famílias, foi possível identificar a falta de acesso e/ou uma precária inserção em diversas políticas públicas, bem como uma série de violações de direitos com estes grupos sociais corroborando para que determinados sujeitos de direitos vivessem uma adolescência em situação de vulnerabilidade criminal. Dentre as expressões da questão social mais presentes no cotidiano destes adolescentes e famílias merecem destaque: a pobreza, a extrema pobreza e o racismo. Retomando a pesquisa do IPEA, 60% dos socioeducandos são negros e pardos. Existe um lugar social construído para aqueles que conseguem escapar da política de extermínio: a privação de liberdade seja no sistema socioeducativo, seja no sistema penitenciário.

Esta presença marcante das mulheres negras e dos adolescentes negros no meu campo de trabalho associada à minha identidade de mulher negra mãe solo foram catalisadores para minha participação na edição do ano de 2019 do curso promovido pelo NEAB/DEGASE/RJ. Parte



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

das inquietações e reflexões propiciadas por este momento de troca e aprendizagem estão sendo compartilhadas neste artigo que tem muito de escrevivência, aqui compreendida como: a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência de vida negra no Brasil (Evaristo, Conceição).

No decorrer do curso um dos momentos que mais me afetou foi a exposição oral da professora Maria Priscila dos Santos, durante a aula que tinha a temática: Reflexões sobre a necessidade da implementação da Lei 10.639/2003 em espaços socioeducativos. Neste momento de troca e aprendizagem, enquanto discutíamos acerca de episódios de racismo a docente pontuou que havia sido criada como sobrevivente, mas, que não iria criar o filho desta forma! Que iria criar o seu filho para ser uma pessoa realizada e feliz, não um sobrevivente! Como eu me vi nestas palavras... Quanto eu vi das mães negras que eu atendi ao longo destes sete anos... Quanto eu vi da minha própria mãe nesta fala...

Mães negras muitas vezes educam seus filhos(as/es) para sobreviver, pois, historicamente a resistência e a resiliência foi a forma como suas ancestrais superaram uma série de violações de direitos e chegaram até aqui! Assim a mãe negra que mora em uma área de conflito mesmo sem conhecer academicamente o conceito de vulnerabilidade criminal, ensina o filho formas de se portar caso haja uma abordagem policial, como agir quando entrar em um shopping para que não seja acusado de algo... A leitura discriminatória e criminalizante do corpo negro implicam, infelizmente, na criação de estratégias desde tenra idade tendo em vista evitar possíveis violações de direitos.

Ainda neste campo de estratégia de sobrevivência mediante a vulnerabilidade criminal, as mães atendidas no sistema socioeducativo costumam dar uma série de orientações aos filhos: não andar mais com as mesmas pessoas com que foram apreendidos, não frequentar bailes funks, não fazer tatuagens dentre outras, muitas destas solicitações reforçadas em maior ou menor grau pela equipe técnica que acompanha o(a) adolescente em cumprimento de medida. Embora tais estratégias possam em alguma medida evitar a exposição deste(a) adolescente às situações de risco e que o(a) mesmo(a) sofra novas violações de direitos, cabe perguntar em que proporção tais estratégias podem reforçar o controle social sobre o corpo negro e a criminalização de manifestações de cultura associadas a esta população?

**3 - "VOCÊ DEVE APRENDER A BAIXAR A CABEÇA E DIZER SEMPRE: "MUITO OBRIGADO! SÃO PALAVRAS QUE AINDA TE DEIXAM DIZER. POR SER HOMEM BEM**

## **DISCIPLINADO<sup>3</sup>: NOTAS SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À VULNERABILIDADE SOCIAL E CRIMINAL.**

As estratégias muitas vezes utilizadas pelas famílias mediante a vulnerabilidade criminal que os adolescentes negros estão expostos tem o propósito de preservar a integridade física destes e evitar o ingresso dos mesmos no sistema socioeducativo e/ou no sistema penitenciário. Todavia, estas estratégias embora tenham o propósito de preservar a vida destes adolescentes podem corroborar para o complexo processo de reprodução do racismo estrutural. Por exemplo, ao orientar um jovem negro a não ir a um baile funk devido ao risco de abordagens policiais extremadas, pode se reforçar a idéia de que toda manifestação cultural oriunda da favela está associada a criminalidade e simultaneamente negar a potência destes espaços para o fortalecimento da auto estima e senso de pertencimento destes grupos. Neste propósito, acredito que precisamos caminhar no sentido de reconhecer a potência criativa destes espaços sociais.

Ainda no que tange às estratégias mediante os processos de vulnerabilidade criminal, penso que os profissionais que trabalham com a população negra têm um papel de colaboração muito importante no sentido da construção de caminhos que estimulem e reconheçam a potência dos espaços populares e não sua criminalização. Nesta ótica, faz-se necessário um mapeamento das manifestações culturais e dos espaços organizativos dentro destes territórios de conflitos, que possam ser aliados no fortalecimento da identidade e do protagonismo destes jovens. Buscar espaços e instituições que tenham um compromisso com a valorização e a identidade destes adolescentes e jovens negros. Penso aqui, em associações de moradores, organizações não governamentais, no movimento hip-hop, no próprio movimento do funk. Creio que um caminho importante seja estimular a participação destes jovens em espaços públicos onde possam desenvolver seu letramento racial e protagonismo de forma crítica.

No que diz respeito às estratégias de enfrentamento a vulnerabilidade social, cabe mencionar uma importante reflexão expressa por Sposati (2007), a autora afirma que para o real ingresso da assistência social no campo da política pública é fundamental o entendimento quanto ao risco que deve ser coberto pela política de proteção social. Faz-se necessário reconhecer que as situações de pobreza e extrema pobreza, embora tenham incidência pessoal, não são de exclusividade daquele indivíduo, e sim possibilidade de ocorrência dentre os cidadãos de uma coletividade.

---

<sup>3</sup> Música Comportamento Geral. Intérprete: Elza Soares. Composição: Gonzaguinha.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Neste sentido, pensando no fortalecimento das lutas das mulheres e adolescentes negros(as/es) no sistema socioeducativo, é fundamental estimular o reconhecimento da dimensão coletiva das situações de vulnerabilidade social que estes enfrentam. Penso, que o fortalecimento do reconhecimento da dimensão coletiva destas vivências individuais, podem corroborar expressivamente no sentido de rompimento com um discurso: culpabilizador das famílias (principalmente das mulheres negras) e criminalizador da pobreza (sobretudo da juventude negra). Acredito ainda, que este reconhecimento da dimensão coletiva deva vir acompanhado do estímulo a inserção destas mulheres e destes adolescentes em espaços que fortaleçam sua identidade negra e suas lutas, tais como: Projetos e Programas Sociais, Coletivos do Movimento Negro, Coletivos de Mulheres Negras, Associações de Mães, Coletivos do Movimento Hip-Hop, Movimento Slam dentre outros. O encaminhamento e a inserção destes grupos na Política de Assistência Social é um passo necessário e importante, mas, obviamente o processo de luta e reconhecimento da população negra não tem como esgotar-se neste âmbito, por sua própria amplitude e complexidade.

#### **4 - “FUI FORJADA NO NÃO! VIREI O JOGO! SUA DESTRUIÇÃO NÃO ME ENFRAQUECE! CARA FEIA PRA MIM PRA MIM ME FORTALECE. SUA FRIEZA É MENOR QUE O MEU FOGO”<sup>4</sup>: NOTAS SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS DIRECIONADAS ÀS MULHERES NEGRAS.**

Conforme brilhantemente aponta a escritora e ativista negra Angela Davis quando uma mulher negra se move toda a estrutura se move com ela. As mulheres negras no Brasil estão na posição de maior vulnerabilidade social e também estão mais sujeitas e expostas as mais variadas manifestações da violência. Apesar de todas estas opressões, estas mulheres são em grande parte as principais responsáveis pelo sustento material e cuidado afetivo nas famílias brasileiras. Nesta ótica, viabilizar políticas sociais e afirmativas para este segmento significa impulsionar mudanças em médio e longo prazo não só para este grupo específico, mas, impulsionar a construção de uma sociedade menos: sexista, racista e desigual.

Segundo o Dossiê Mulheres Negras Retrato das Condições de Vida das Mulheres Negras no Brasil (IPEA, 2013) no que diz respeito ao acesso à educação, a participação destas no ensino médio manteve uma tendência de crescimento ao longo de todo o período da pesquisa.

---

<sup>4</sup> Música Virei o jogo. Intérprete: Elza Soares. Composição: Pedro Luís.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Este segmento em 1995, tinha uma taxa de escolarização de 14,9%, esta mais do que triplica na série histórica, chegando a 49,8%, em 2009, aproximando-se mais dos homens brancos, que, neste ano, contaram com uma taxa de 55,5%. Por sua vez, distanciaram-se dos homens negros, que computaram uma taxa de 37,7% no mesmo momento. Todavia, as mulheres negras, apesar destas melhoras em termos de aquisição de anos de estudos, ficam bem aquém das mulheres brancas, o que pode ser explicado, em parte, pela grande distância que tinham no ponto de partida na série considerada. No nível superior, tem-se uma segmentação de gênero e raça bem mais forte que a verificada no ensino médio. Observa-se que, até 1999, as mulheres negras e homens negros mantinham taxas muito baixas, relativamente estáveis e próximas. A partir de 2001 apresenta-se um ligeiro crescimento da participação das mulheres negras e, em 2003, elas ultrapassam a taxa de 5%. Os homens negros passaram a demonstrar a mesma tendência três anos depois. Ainda que se mantenha o padrão de crescimento de todos os grupos verificados nos demais níveis de ensino analisados, no terceiro grau, o de grau racial é o mais expressivo, independentemente do sexo.

Com base nestes dados, é possível inferir que a universalização do ensino melhorou a posição dos negros. Entretanto, ela ainda não tem sido suficiente para reduzir significativamente as desigualdades entre os grupos de cor no topo da pirâmide educacional. Neste sentido, os dados apresentados por este estudo explicitam a necessidade de consolidação e ampliação das políticas de cotas raciais como um meio de reparação histórica e de redução das desigualdades sociais entre brancos e negros. O mesmo estudo aponta ainda, que mesmo com a ampliação dos anos de estudo as mulheres negras tem maior dificuldade para obter retorno monetário do investimento educacional, isto é, mesmo com uma maior qualificação sofrem discriminações para ingressar no mercado de trabalho. Tal fato propicia que uma mulher negra em comparação com uma mulher branca com um mesmo nível educacional, tenha uma renda mais baixa. Neste sentido, identifica-se a necessidade de as ações afirmativas que fortaleçam a inserção qualificada da mulher negra no mercado de trabalho.

Ainda no que diz respeito às dinâmicas de opressão que a mulher negra está inserida, o Atlas da Violência (IPEA, 2019) aponta que no período observado pela pesquisa entre 2007 e 2017, a taxa de homicídio de mulheres brancas cresceu 3,6%, enquanto que dentre as mulheres negras houve um aumento de 5,6%. O mesmo estudo aponta ainda como a violência letal atinge de forma mais cruel, a população negra, em 2017 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de violência letal entre negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%.

Ainda no que diz respeito à violência perpetrada contra mulheres negras, o Atlas da Violência recentemente publicado (2024), sistematiza que em 2022 as mulheres negras foram 66,4% das vítimas de homicídios registrados pelo Sistema de Saúde. No ano citado, a taxa de homicídios de mulheres negras foi de 4,2 por grupo de 100 mil habitantes, enquanto a taxa para mulheres não negras foi de 2,5.

Os dados apresentados ao longo deste artigo, evidenciam como a mulher negra tem motivos concretos para temer mais por sua segurança e pela segurança dos seus.... Este estudo evoca portanto a necessidade das políticas de prevenção à violência se pautarem também em um recorte de de raça e gênero. Aponta ainda para a urgente necessidade de investimentos em uma formação continuada para os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos que abarque estes conteúdos, tendo em vista, corroborar com o rompimento dos ciclos de criminalização da pobreza e discriminação da população negra. Mediante o exposto, considero preliminarmente que embora as ações afirmativas tenham propiciado significados avanços principalmente no que diz respeito ao acesso à educação, persistem significativas e profundas desigualdades sociais entre a população branca e a população negra no Brasil, tais iniquidades atingem de maneira mais cruel as mulheres negras.

Neste sentido, faz-se necessário e urgente a ampliação do investimento em políticas públicas com este recorte de raça e gênero. Especificamente no campo da Socioeducação, é fundamental o fortalecimento da formação continuada dos(as) servidores(as) com enfoque nestas temáticas. Urge ainda que em consonância com a Lei 10.639/2003 os conteúdos de História da África, História dos Negros e o Racismo sejam abordados direta e indiretamente nas diferentes modalidades de atendimento oferecidos ao adolescente durante a Medida Socioeducativa, tendo em vista corroborar para o processo de letramento racial dos(as) socioeducandos(as) e para a defesa intransigentes dos direitos humanos neste espaço institucional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ainda sobre os movimentos de luta pela garantia de direitos e sobre o protagonismo das mulheres mães negras no Departamento, vale sublinhar e saudar os diferentes movimentos de mães existentes desde a fundação do DEGASE/RJ:

Ainda pensando a potencialidade das mulheres negras, cabe mencionarmos a importância dos muitos movimentos de mães organizadas que fazem frente às violências cometidas pelo Estado contra seus filhos. No DEGASE, tivemos a atuação de relevantes movimentos de mães que lutaram bravamente contra a violência institucional e para que seus filhos pudessem cumprir a Medida Socioeducativa de maneira digna: a Associação de Mães com Filhos em Conflito com a Lei (AMÃES); o Movimento de Mães pela Garantia dos Direitos dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo (Movimento Moleque); a Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (AMAR-RJ). Embora historicamente a experiência do maternar para as mulheres negras tenha sido atravessada pela negligência, pela imposição, pela subalternidade e pela dor, estas mulheres têm buscado, de diversas formas, ressignificar a experiência materna, transformando estas relações de parentalidade em espaço de afeto, de resistência e de afirmação da ancestralidade, considerando e reavaliando as interseções entre raça, classe e gênero. Na luta diária e cotidiana, têm contribuído para a construção de relações de parentalidade mais equânimes e justas. As mães pretas reais e simbólicas têm colaborado e lutado para que os nossos cresçam com mais direitos, mais sorrisos e mais afetos! Porque a luta por direitos é feita de dores, mas, também, de amores e afetos! (SANTOS, 2023, p. 39)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas da violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

COHN, Amélia; et all. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011.

Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marconde . [et al.].- Brasília : Ipea, 2013.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília, 2023.

MENDES, Cláudia Lúcia Silva. JULIÃO, Elinaldo Fernandes. Trajetória de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Degase, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de Luiz. "Escrivência" em Becos da memória, de Conceição Evaristo. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(2): 344, maio-agosto/2009.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada . [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada . [et al.].  
- 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2024.

Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira:  
2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019.

SANTOS, Anne Caroline Almeida. "Socioeducação": do ideal da educação social ao purgatório  
das vidas matáveis Anne Caroline de Almeida Santos. Revista O Social em Questão - Ano XXIII -  
nº 46 - Jan a Abr/2020 pg 187 - 202.

SANTOS, Anne Caroline de Almeida. "Socioeducação": colocando o conceito entre aspas. 1. ed.  
Curitiba. Appris. 2021.

SANTOS, Fernanda Carneiro Soares. Maternidade Negra e Socioeducação: Reflexões sobre  
vulnerabilidades, racismo e ações afirmativas. Revista Aú, [S. l.], v. 4, n. 04, p. 194–218, 2021.

SANTOS, Fernanda Carneiro Soares. Maternidades, Feminismos e Questão Racial: Reflexões  
sobre potencialidades e vulnerabilidades nas trajetórias de mulheres negras. Revista Aú, [S. l.], v.  
5, n. 5, 2023.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Desafios à Educação Antirracista no Serviço Social: O racismo  
estrutural e a formação social e histórica brasileira. In: Racismo Estrutural, Institucional e Serviço  
Social. Editora UFS. Sergipe, 2020.

SOARES, Fernanda Carneiro; Et al. O significado da supervisão técnica para o trabalho do  
Serviço Social na Socioeducação. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em  
Serviço Social, 2022, Rio de Janeiro.

SOARES, Fernanda Carneiro. O Serviço Social na Medida Socioeducativa de Internação:  
contribuições a partir da experiência profissional no Educandário Santo Expedito. In: Ações  
Socioeducativas Formação e Saberes Profissionais. Novo Degase. Rio de Janeiro, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. In Revista Brasileira de  
Direito Constitucional –RBDC n. 10 –jul./dez. 2007.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. Mapa da Violência. Homicídios por arma de fogo no Brasil. FLACSO  
Brasil, 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema  
penal. Editora Revan. 5 edição. 2001. Rio de Janeiro. Zaffaroni, Eugenio Raul. Em busca das  
penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal. Editora Revan. 5 edição. 2001. Rio de  
Janeiro.